



PRINCIPAIS PONTOS CRÍTICOS RELACIONADOS COM O CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE RASTREABILIDADE PELAS CADEIAS PRODUTIVAS DE HORTALIÇAS *MAIN CRITICAL POINTS RELATED TO COMPLIANCE WITH TRACEABILITY STANDARDS BY PRODUCTIVE CHAINS OF VEGETABLES*

Autor(es): Maria Thereza Macedo Pedroso; Paulo Freire Mello, Marcelo Perilo.

Filiação: Embrapa Hortaliças; Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra); pesquisador autônomo

E-mails: maria.pedroso@embrapa.br; pfreiremello@yahoo.com.br; marceloperilo1@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): 11 Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo

Pretende-se identificar os principais pontos críticos relacionados com o cumprimento das exigências da Instrução Normativa Conjunta 02/2018, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Brasil). Os primeiros resultados da pesquisa em andamento, no âmbito dos estabelecimentos agropecuários, apontam para a falta de registro de agrotóxicos, o seu mau uso, dificuldades de gestão e desinteresse (por conta do aumento de trabalho e custos) ou mesmo desinformação (em parte relacionada à falta de assistência técnica) como fatores que dificultam a rastreabilidade. Fora dos estabelecimentos agropecuários, quanto maior o número de articulações da cadeia, mais complexo o processo. O engajamento do varejo depende da fiscalização e da exigência dos consumidores. No atacado e nas lavadoras, identificaram-se problemas com mistura de lotes e fraude na fabricação das etiquetas de origem. Há precariedade da fiscalização de agrotóxicos e da rastreabilidade.

Palavras-chave: Rastreabilidade, agrotóxicos, hortaliças, cadeias produtivas.

Abstract

It is intended to identify the main critical points related to the fulfillment of the requirements of the Joint Normative Instruction 02/2018, of the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply and of the National Health Surveillance Agency (Brazil). The first results of the ongoing research, in the context of agricultural establishments, point to the lack of registration of pesticides, their misuse, management difficulties and lack of interest (due to the increase in work and costs) or even misinformation (in part related with lack of technical assistance) as factors that hinder traceability. agricultural establishments, the greater the number of joints in the chain, the more complex the process. Retail engagement depends on inspection and consumer demand. In wholesale and washing enterprises, problems with batch mixing and fraud in the manufacture of origin labels were identified. There is precariousness in the inspection of pesticides and traceability.

Key words: Traceability, pesticides, vegetables, production chains.

1. Introdução

O meio rural brasileiro tem sido âmbito de inúmeras e significativas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, particularmente no presente século. Um crescente consenso na literatura especializada dá conta de determinadas tendências que contribuem para a emergência de uma fase inédita na história rural brasileira. Ainda que haja variações regionais, em termos de magnitude, esses novos contextos, processos e mudanças têm se manifestado em praticamente todas as regiões rurais. Apenas para mencionar duas delas, cite-se uma forte integração aos mercados mundiais, na esteira da globalização, o que ocasiona imensas consequências para o setor agropecuário do país (PEDROSO e NAVARRO, 2020) e uma alta e crescente concentração de produção e renda



(ALVES, SOUZA, GOMES, 2020). O sistema agroalimentar nacional está cada vez mais diversificado e sensível aos sinais de mercado. Os movimentos ambientais e de consumidores, gradualmente, passaram a exercer papel proeminente na transformação da agricultura e na inovação tecnológica e organizacional, influenciando as cadeias econômicas dos produtos alimentícios e na formação de novas instituições formais (ZYLBERSZTAJN, 2014).

Neste contexto, está em vigência no Brasil a Instrução Normativa Conjunta (INC) Nº 02, de 7 fevereiro de 2018, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Brasil), doravante denominada INC 02. Seu objetivo é definir os procedimentos para a aplicação da rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos destinados à alimentação humana, para fins de monitoramento e controle de resíduos de agrotóxicos em todo o território nacional. Para tanto, obriga os registros de informações que assegurem a rastreabilidade das principais frutas e hortaliças comercializadas no país. Os registros devem ser efetuados e mantidos ao longo de toda a cadeia produtiva, de forma a garantir a identificação do ente imediatamente anterior e posterior de tal cadeia. Não há um modelo padrão de rótulo para os produtos. A identificação pode ser feita por meio de etiquetas, código de barras, QR code ou qualquer sistema que permita identificar o produto e sua origem.

Verifica-se que alguns agentes das cadeias produtivas de hortaliças não se adequaram à INC 02 após a publicação do documento em 2018. Contudo, faltam dados e referências bibliográficas para que se entenda: 1. as dificuldades de adequação dos agentes das cadeias produtivas; 2. os motivos para tais dificuldades; 3. as especificidades de cada agente em suas possibilidades de cumprirem a instrução normativa; 4. eventuais correlações entre dificuldades e especificidades dos agentes; 5. soluções para tais dificuldades.

A partir dessas questões, organizou-se um projeto de pesquisa com vistas a identificar os pontos críticos para o cumprimento da INC 02 e o aperfeiçoamento das ações governamentais. A análise de cadeias produtivas de hortaliças formadas no Brasil contemporâneo pode aportar conhecimento prático e científico com fortes e relevantes implicações para a pesquisa.

2. Aspectos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, o que se apresenta adequado para que se cumpra o objetivo da investigação. Para tal, utilizam-se os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica, realização de entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. Esses procedimentos favorecem o levantamento de informações específicas e avaliações particulares de interlocutores com alto conhecimento sobre as cadeias produtivas.

A pesquisa está em andamento, sendo que um primeiro conjunto de entrevistas já foi realizado. Há 25 pessoas entrevistadas com diferentes perfis: gestores públicos, agricultores, extensionistas, representantes de agricultores e empresas de consultoria em rastreabilidade.

3. Resultados e discussão

São várias as espécies de hortaliças produzidas no Brasil. Portanto, há várias cadeias produtivas. Algumas estão mais estruturadas que outras, ainda que a tendência seja de que todas acabem se transformando em complexas estruturas econômicas, financeiras e organizacionais. Tais cadeias são compostas por um conjunto de agentes econômicos (indústrias de insumos, maquinários, embalagens e processamento de alimentos, agricultores e as empresas de logística, transporte, atacado e varejo, etc.), os quais podem se diferenciar muito, de acordo com as escalas de operações, o nível tecnológico e o porte econômico. Assim, tem-se desde estabelecimentos agropecuários que contam com a força de trabalho apenas dos membros da família e auferindo baixas rendas, até aqueles com muitos empregados e alto poder econômico. Da mesma forma, encontramos grandes variações na intensidade tecnológica, no destino da produção, no volume e na renda. O mesmo vale para as agroindústrias e para as empresas de atacado e varejo, onde teremos



desde pequena agroindústria familiar a uma filial de indústria multinacional de processamento de alimentos; de uma banca de feira até uma rede internacional de supermercados.

São muitos os canais de comercialização de hortaliças. Contudo, de forma geral e binária, pode-se dizer que existem duas grandes vias de comercialização que estão diretamente relacionadas a três variáveis, ao menos. Os estabelecimentos agropecuários que conseguem produzir hortaliças de melhor qualidade, em termos visuais, homogêneas e em grande volume são capazes de fornecer para grandes agroindústrias e grandes empresas de atacado e varejo. Inclusive, em muitos casos, a partir de contratos formais. São majoritariamente aqueles de grande porte econômico, com maior nível tecnológico e com alta capacidade de gestão. Por outro lado, os estabelecimentos agropecuários que produzem hortaliças de qualidade inferior, em termos visuais, não homogêneas e em menor volume não têm a mesma oportunidade. Assim, acabam vendendo seus produtos para agentes econômicos menos exigentes. Geralmente, apresentam menor nível tecnológico, baixa capacidade de gestão e são majoritariamente de pequeno porte econômico.

Em termos gerais, o primeiro grupo é associado ao setor empresarial de horticultores. O segundo grupo é normalmente classificado como “agricultor familiar” por empregar poucos ou nenhum trabalhador e porque seus estabelecimentos agropecuários apresentam áreas menores (critérios para classificá-los como “familiares” de acordo com a legislação nacional).

Segundo os entrevistados da pesquisa, há algumas variáveis para cumprimento da rastreabilidade que dizem respeito aos produtores rurais e são relacionadas à maior ou menor probabilidade de cumprimento da INC 02. São elas: tamanho do estabelecimento agropecuário; acesso e uso de diferentes tecnologias; volume de produção; nível educacional formal dos produtores; capacitação técnica do produtor; renda agrícola; acesso à assistência técnica de qualidade, conhecimento da existência da INC 02; compreensão sobre a INC 02; incentivo para cumprir as normas; vínculo com cooperativas ou associações. Quanto mais altas forem essas variáveis, maiores serão as probabilidades de o horticultor se adequar às normas da INC 02.

Evidenciaram-se nas entrevistas situações que indicam resistência dos produtores rurais em adotarem a rastreabilidade. A ausência de registro de agrotóxicos para determinadas culturas surgiu como um forte ponto crítico. Ou seja, muitos agricultores usam agrotóxicos não registrados, fazem mal uso, utilizando dosagens exageradas ou não respeitando as carências para a colheita. Assim, para não produzirem provas contra si mesmos, eles não registram sua produção em caderno de campo. Da mesma forma, baixa escolaridade e pouca habilidade em gestão foram indicados como dificuldades para preenchimento do caderno. Portanto, um ponto crítico muito delicado, já que grande parte dos produtores brasileiros tem baixa escolaridade (IBGE, 2020).

A resistência de agricultores em aumentar os custos da produção de hortaliças também foi observada como ponto crítico para cumprimento da rastreabilidade. Há resistência em aumentar o trabalho e o tempo destinado a cumprir as normas sem que ocorra ganhos operacionais ou lucro.

A falta de informação ou compreensão de agricultores sobre a INC 02 não surgiu como uma ideia de consenso dentre os entrevistados, mas há uma tendência de se aceitar que muitos daqueles classificados como agricultores familiares, em especial os que não participam de cooperativas ou de associações não sabem ainda o que fazer. Aponta-se a falta de assistência técnica qualificada como causa. De fato, isto é uma evidência antiga. Menos de 20% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros dispõe de assistência técnica (IBGE, 2020) e sua qualidade é discutível. E, em muitos casos, as revendas de insumos agrícolas oferecem assistência técnica, mas sempre com o objetivo de vender mais produtos, dentre eles os agrotóxicos. Importante notar que o país já conta com empresas e aplicativos especializados em rastreabilidade, mas nem todos os produtores podem pagar por isso, ou mesmo, sabem utilizá-los.

Quanto a demais agentes econômicos das cadeias produtivas (intermediários, atacadistas, lavadoras e varejistas), relata-se que, muitas vezes, o ponto crítico mais evidente é a mistura de lotes



de produtos, sendo impossível rastreá-los a partir do momento em que os intermediários os compram. Com menor frequência surgiu a suspeita de ocorrer fraude, troca de etiquetas e incentivo dos intermediários para que produtores não realizem as anotações.

Outra variável importante citada pelos entrevistados: o número de etapas das cadeias produtivas. Algumas seriam facilmente rastreáveis, enquanto outras seriam dificilmente rastreáveis. Quanto menos etapas nas cadeias produtivas, maior a chance de adequação à INC 02. Quanto mais mediações entre produtores e consumidores finais, mais difícil seria a rastreabilidade. Uma entrevistada cita que quando a venda do produto é direta do produtor ao consumidor final, tem-se aí grande possibilidade de rastreabilidade. Verificou-se que, por exemplo, por conta de contratos com redes maiores de indústria ou varejo, os produtores adotaram mais perfeitamente a rastreabilidade. Assim, é possível que os estabelecimentos agropecuários com baixos índices para as variáveis listadas acima estejam enfrentando mais dificuldades.

A INC 02 foi citada por parte dos entrevistados como uma mudança de paradigma. Um deles afirmou: “Passou a demandar algo que muitos produtores não faziam antes em suas rotinas e protocolos: o registro de suas produções. Leva-se tempo para que uma mudança de paradigma seja assimilada e ocorre que diversos produtores não estão aderindo a essa transformação”.

Os entrevistados sabem indicar e enumerar vantagens da rastreabilidade de agrotóxicos. Contudo, alguns deles, especialmente representantes de agricultores, questionam o texto da INC 02 em específico. A redação de uma única norma para regular setores produtivos bastante heterogêneos, a exigência de rastreabilidade para culturas que têm poucos agrotóxicos registrados e os prazos para cumprimento da norma são pontos importantes para o questionamento da INC 02 do modo como ela se apresenta.

Parte dos entrevistados indica que pode ocorrer um sentimento de “letra morta” da INC 02. Ou seja, uma norma que não “vai pegar”. Outros afirmam que a fiscalização de toda a cadeia produtiva é insuficiente ou é disfuncional para o grande desafio que a INC 02 obriga.

Há ainda entrevistados que destacam a pandemia de Covid-19 como um fenômeno a ser considerado. A pandemia deve ser observada como um empecilho ou dificuldade a mais para vários produtores que planejavam cumprir a INC 02 ou que estavam cumprindo.

Ainda em andamento, a pesquisa pretende aprofundar a questão, em especial junto aos agentes econômicos intermediários, empresas de atacado e de varejo, analisar casos de sucesso e fracasso e verificar correlações de algumas das variáveis citadas com aquelas que caracterizam os polos de produção e de produtores de hortaliças, de acordo com o último Censo Agropecuário. Também, em nível de estabelecimento rural, procurar-se-á elencar os agrotóxicos usados sem registros e os casos mais comuns de superdosagem e dificuldade de respeito aos prazos de carência, procurando compreender os entraves à rastreabilidade de hortaliças no Brasil.

4. Referências

- ALVES, E.; SOUZA, G. S.; GOMES, E. G. A concentração do valor bruto da produção e a pobreza segundo o Censo Agropecuário 2017. In: Navarro, Z. (Org.). **A economia agropecuária do Brasil: a grande transformação**. São Paulo: Baraúna, p. 176-182, 2020.
- IBGE. (2020) **Censo agropecuário de 2017**. Recuperado em 22 de fevereiro de 2020 em: www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.
- PEDROSO, M.T.M.; NAVARRO, Z. S. O Brasil Rural - do passado agrário ao sistema agroalimentar global. **Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, p. 1, 2020.
- ZYLBERSZTAJN, D. Coordenação e governança de sistemas agroindustriais. In: BUAINAIN, A.M. et al. (orgs). **O mundo rural no século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, Embrapa e Unicamp, p. 395-422, 2014.